



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**04/03/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. DECISÕES.....	1 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. SELETIVOS.....	4 - 5
2.2. SEM ASSUNTO.....	6 - 8
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	9
3.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	10 - 12
3.3. SELETIVOS.....	13
3.4. SEM ASSUNTO.....	14

► PUNIÇÃO ◀

## PREFEITOS NA MIRA DA JUSTIÇA

Mais de 40 prefeitos e ex-prefeitos tiveram problemas com denúncias e processos judiciais entre o ano passado e início de 2013. Punições devem seguir mais rígidas

### MARCUS SALDANHA

Segundo relatório de ações judiciais contra prefeitos e ex-prefeitos no Maranhão feito pelo Tribunal de Justiça no Estado, no ano passado, 42 prefeitos e ex-prefeitos estiveram envolvidos em denúncias ou processos judiciais. Desse total, 17 prefeitos e quatro ex-prefeitos foram condenados. Em janeiro de 2013 já existem dois processos julgados de prefeitos e ex-prefeitos, além de duas condenações de ex-prefeitos. Mas, apesar dos números que demonstram maior ação da Justiça, ainda são comuns as idas e vindas de prefeitos no poder, gerando instabilidade administrativa.

Os crimes praticados nas gestões municipais são variados e envolvem mais de

40 municípios. Vão desde improbidade administrativa, o mais comum com 31 casos registrados, contratação irregular de funcionários, licitações irregulares e prestação de contas até ocorrências de porte ilegal de arma de fogo como o caso do ex-prefeito de São João do Paraíso, Raimundo Galdino Leite (PV) que resultou numa pena de dois anos e seis meses de reclusão em regime aberto, suspensão dos direitos políticos a partir do trânsito julgado.

Além desse, destaca-se o curioso registro do Crime de Imprensa por ofender a honra do promotor de Justiça, Alessandro Brandão que resultou em pena de um ano e oito meses de detenção em regime aberto para o ex-prefeito de Buriticupu,



GILSON TEIXEIRA/O IMP/DI.PRESS

### PRIMEIROS MESES DO ANO, 2 PROCESSOS FORAM JULGADOS

Antônio Marcos de Oliveira (PDT), que também foi condenado a dois anos de detenção em regime inicialmente aberto e pagamento de multa de R\$ 28.053,60 por manipular resultado de processo licitatório.

Idas e Vindas – Na última terça (26) a prefeita de Axixá, Roberta Barreto (PMDB) foi afastada do cargo por decisão

do Ministério Público acusada de improbidade administrativa. Já no dia seguinte, a prefeita conseguiu o direito de retornar ao cargo, conforme noticiado em O Imparcial. Embora essas atitudes criem um clima de instabilidades nos municípios, basta lembrar o episódio Bia Venâncio (PSD) em Paço do Lumiar, podem também sina-

lizar uma maior presença da justiça nos municípios.

Recentemente em entrevista sobre o aniversário de 33 anos do Partido dos Trabalhadores (PT) o presidente do Diretório Regional, Monteiro acusou a oposição, parte da imprensa e o judiciário de tentativa de "judicialização" dos casos políticos no Brasil. Para o jurista Carlos Lula, da Consultoria da Assembleia Legislativa do Maranhão, isso ocorre, mas numa perspectiva macro, por conta de uma nova composição do Supremo, diante do que ele faz hoje que não fazia naquela época e do que chama de inércia do Legislativo.

Para ele o Legislativo não consegue mais decidir as questões fundamentais para a sociedade: "Ele deixa um espaço de poder e esse poder está sendo ocupado pelo

Judiciário", analisa o advogado, que acrescenta "Células-tronco, cotas, fidelidade partidária, mensalão, união de pessoas do mesmo sexo que deviam ser temas estariam afetos ao Legislativo, mas que foram decididos pelo Supremo", conclui.

Cada vez mais questões que poderiam ser decididos no campo político estão sendo decididas pelo campo jurídico. Por outro lado, há um número cada vez maior de demandas eleitorais que são levadas a Justiça Eleitoral. É muito recente na História do Brasil a condenação de agentes políticos por conta de irregularidades que cometeram, não que não cometessem antes, mas por que só depois da Constituição de 1988 se passa ter mecanismos eficazes para combater esses tipos de vícios.

## Concurso e prêmios

Quem é estudante e conhece a história institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) tem boas chances de faturar o concurso de redação que a Corte Estadual de Justiça - a terceira mais antiga do país - promove em homenagem aos seus 200 anos de instalação.

Ao primeiro e segundo colocados serão oferecidos como prêmios, respectivamente, viagem a Fortaleza com direito a hospedagem e acompanhante, e um notebook.

As inscrições, já abertas, podem ser feitas até 30 de abril. Edital e ficha de inscrição estão disponíveis em [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br). Pelo e-mail [200anos@tjma.jus.br](mailto:200anos@tjma.jus.br), o concorrente pode esclarecer eventuais dúvidas.

Mas atenção: só estão aptos a participar do concurso alunos do ensino médio matriculados nas 484 escolas públicas e privadas de São Luís, e reconhecidas pelo Ministério da Educação.

## **Déficit menor**

Em mais um esforço para reduzir o déficit na magistratura estadual, o Tribunal de Justiça (TJ) realizou ontem a primeira etapa do concurso para preencher 31 vagas de juiz.

Nada menos que 2.983 candidatos estão habilitados e cumprirão cinco horas seguidas de prova objetiva.

O objetivo do presidente Guerreiro Júnior é criar condições para que o déficit seja, se não eliminado, reduzido ao máximo.

## Flávio Dino atacou a Justiça Eleitoral e ofendeu aliados

Presidente da Embratur fez discurso raivoso. **Política 2**

# Flávio Dino ataca a Justiça e diz que Jackson Lago quis ser seu cabo eleitoral

Em Imperatriz, o presidente da Embratur colocou em xeque a honestidade do TRE, ofendeu aliados políticos e debochou da memória do ex-governador Jackson Lago

**F**oi em Imperatriz, no sábado, 23 de fevereiro, no plenário da Câmara de Vereadores. O evento deveria ser o grande fato político da abertura do ano pré-eleitoral, mas acabou pequeno, obrigando os organizadores a adiá-lo por mais de uma hora até que fossem arregimentadas pessoas para ocupar menos da metade dos lugares de um plenário com cerca de 100 assentos. Ficaram os registros feitos pelos cinegrafistas amadores com câmeras de telefones celulares.

Num discurso em tom raivoso, o presidente da Embratur, Flávio Dino (PCdoB), já em campanha para o Governo do Estado nas eleições de 2014, por duas vezes colocou em xeque a honestidade dos integrantes do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE); ofendeu aliados políticos tratados por ele como cínicos, opressores e ladrões e debochou da memória recente de quem acompanha a política maranhense ao dizer que ele era um projeto político do ex-governador Jackson Lago, falecido há pouco mais de um ano.

Acompanhavam Flávio Dino políticos de São Luís, como o deputado federal Weverton Rocha (PDT), deputado estadual Othelino Neto (PPS), o ex-deputado Julião Amin e o ex-vereador Renato Dionísio. Da região de Imperatriz compareceram os deputados estaduais Carlinhos Amorim e Valéria Macedo; o ex-prefeito de Porto Franco, Deoclides Macedo, e o prefeito de Ribamar Fiquene, Vasco José, todos do PDT.

**Recortes** - Em seis recortes de um discurso de meia hora, o aspirante dá o tom do que será sua pregação em mais uma tentativa de ser governador do Maranhão.

Não há uma só ideia colocada de projeto de desenvolvimento. A única alusão quanto ao futuro revela ser ele contra os grandes empreendimentos que atualmente se instalam no estado.

## Flávio Dino :

*"...na hora mais difícil, em que se movia um processo arbitrário de cassação contra o seu mandato dado pelo povo, eu, o Marco Aurélio, que aqui está, e outros tantos, assumimos a tarefa de advogar pro doutor Jackson, numa prova da confiança que tinha no meu trabalho, na minha independência, na minha coragem e na minha seriedade. E o Marco Aurélio, que tá aqui, junto comigo, lembra do que nós enfrentamos no TRE do Maranhão. Lembra do jogo de cartas marcadas que estava ali colocado..."*

Logo no trecho inicial do discurso, em território que se configurou como o maior reduto eleitoral de Jackson Lago, Flávio Dino quis se caracterizar como da mais absoluta confiança do ex-governador e como um advogado e político que teve a coragem de enfrentar o que ele denominou de "jogo de cartas marcadas" feito pela Justiça Eleitoral.

Naquela época, abril de 2008, o então deputado federal Flávio Dino sonhava com o apoio do então governador Jackson Lago para a eleição do ano seguinte, para prefeito de São Luís. Foi ali que se deu no TRE do Maranhão a primeira audiência do processo de cassação do diploma de governador de Lago, por abuso de poder econômico. O advogado famoso de Jackson, Eduardo Alckmin, não compareceu e, de última hora, formou-se uma banca de defesa

chefiada por Dino. O processo se arrastou lentamente e na segunda audiência, no segundo semestre do mesmo ano, já estava definido que Jackson apoiaria João Castelo, PSDB, contra Flávio Dino, o que fez com que o comunista não mais figurasse como advogado de defesa. Em lugar dele, estava lá o advogado Daniel Leite.

## Flávio Dino :

*"...no dia do primeiro turno de 2010, (...) o doutor Jackson pegou o telefone às oito horas da noite e me disse: 'Flávio, o meu voto é teu, o meu apoio é teu, a minha vaga é tua...! Naquele dia, ele estava lembrando das lealdades mais sinceras que não são apenas como as espumas das ondas. São aquelas que estão nas profundezas, na história de vida, na alma, na trajetória de cada um. E foi por isso que o Jackson adotou esta atitude, porque nós temos que ser fiéis a nossa trajetória...'"*

Jackson Lago nunca exercitou seu prestígio eleitoral e seu poder político em favor de Flávio Dino e vice-versa. Em 2006, Jackson era candidato ao governo pela coligação liderada pelo PDT, e Flávio era candidato a deputado federal pelo PC do B, numa coligação que tinha o comando do então prefeito de Caxias, Humberto Coutinho, e para governador apoiava o ex-ministro do STJ, Edson Vidigal. No segundo turno, oficialmente estiveram juntos, mas por imposição do chefe da chamada "cooperativa de candidatos", o então governador José Reinaldo Tavares. Ainda assim, em Caxias, onde Dino obteve quase todos os seus votos, Jackson não conseguiu estabelecer vantagem significativa.

Em 2008, para prefeito de São

Luís, Jackson se desdobrou em apoio a João Castelo para derrotar Flávio Dino tanto no primeiro como no segundo turno. Ao final, Dino chorou na televisão, alegando que perdera para a "máquina". A "máquina" era o governo do Estado pilotada por Jackson Lago.

Em 2010, Jackson e Flávio disputaram ferozmente a primazia da vaga no segundo turno das eleições para o governo do Estado. Dino chegou a fixar-se em Imperatriz nos últimos dias para tentar minar a melhor base de Lago. Os dois naufragaram. Repetidas vezes Jackson responsabilizou o esquema mais estruturado do comunista (que lhe subtraiu apoios importantes) pelo fracasso da sua última campanha eleitoral.

**Flávio Dino :**

*"...não tínhamos nada, praticamente nada. Eu lembro que fomos nessa época para a campanha pro governo do estado com quatro carros de som. Mas não era só para Imperatriz, era para o Maranhão inteiro..."*

Há registros de imagem da utilização até de helicóptero, muito embora isso não tenha sido declarado como despesa de campanha, como obriga a lei, ainda que esse helicóptero tenha sido uma gentileza de Dedé Macedo, um dos seus aliados, homem de muitos negócios, da região de Peritoró. Mas impresinou os imperatrizenses, onde a campanha de Flávio Dino foi intensa, assim como todo o estado, a coragem de dizer que toda a sua estrutura se resumia a "quatro carros de som".

**Flávio Dino :**

*"...E nós perdemos a eleição porque foi necessário fraudar a eleição no Tribunal Regional Eleitoral, na calada da noite..."*

Com autoridade de ex-juiz federal e de ex-presidente do Conselho Nacional de Justiça, CNJ, Flávio Dino debitou sua derrota a fraudes que teriam sido opera-

das pelos integrantes do TRE do Maranhão, inclusive desembargadores e juizes. Até então ele não se queixara disso.

O comunista diz que os fraudadores agiram "na calada da noite", esquecendo-se de que ele próprio reconheceu sua derrota antes das 22h do dia da eleição em primeiro turno. A apuração total, jamais contestada, se deu antes das 21h, quando o Maranhão inteiro acompanhava pelo rádio e pela televisão a evolução natural dos trabalhos do TRE.

Mais uma vez Dino quis passar a ideia de que ele não se tornou governador do Maranhão por um detalhe que ele chamou de "uma diferença de oito centésimos", quando, na realidade, ele foi derrotado em primeiro turno, ficando atrás da governadora eleita por mais de 900 mil votos, diferença que representa, por exemplo, uma vez e meia o eleitorado total da capital São Luís.

**Flávio Dino :**

*"...se a gente não tem coração, se a gente não ama o que faz, somos iguais à direita. Cínica, que explora o povo, que oprime o povo, que rouba o dinheiro do povo..."*

Os principais apoiadores de Flávio Dino militam no campo da direita, a começar pelo que o introduziu na carreira política, ex-

governador José Reinaldo Tavares (réu preso pela Operação Gautama, da Polícia Federal), e pelo seu principal cabo eleitoral do interior, ex-prefeito de Caxias Humberto Coutinho, passando pelo ex-prefeito de Matões Rubens Pereira e o prefeito de Tuntum, Cleomar Tema. Coincidência ou não todos questionados por suportes desvios de dinheiro público.

**Flávio Dino :**

*"...nós vamos fazer isto, adotar uma política industrial democrática. Não essa historinha de grandes projetos que vão salvar todo mundo. O exemplo da Base de Alcântara, que o Dutra conhece tão bem. Não são grandes projetos que vão salvar o Maranhão..."*

A construção de infraestrutura e a distribuição de incentivos fiscais, como forma de atrair grandes empreendimentos capazes de gerar empregos em massa, em três anos e meio abriram uma carteira de investimentos de R\$ 100 bilhões e está gerando cerca de 200 mil empregos, como ocorre em Imperatriz, onde a Suzano já absorve em torno de 8 mil funcionários em sua obra, e possibilita milhares de outras ocupações de forma indireta. No exercício de uma candidatura antecipada, Flávio Dino discursa contra isso.



**Flávio Dino fez discurso em tom agressivo em evento em Imperatriz**

## *Judiciário cria programa de Gestão Documental*

O Poder Judiciário do Maranhão conta agora com um Programa de Gestão Documental, instituído pelos desembargadores do Tribunal de Justiça. A medida – que vai ao encontro de recomendação do Judiciário nacional – tem como objetivo assegurar proteção, destinação, guarda e preservação de documentos jurisdicionais e administrativos.

Trata-se de um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e ao arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou ao recolhimento para guarda permanente.

A gestão de documentos é regulamentada pela Lei Nº 8.159/1991, que estabelece a política nacional de arquivos públicos e privados. Conforme a legislação, é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Para o presidente da Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, desembargador Lourival

Serejo, o programa vai “garantir maior e melhor controle dos documentos emitidos e recebidos pelo Tribunal, contribuindo para a posterior preservação da memória do Judiciário”.

**RESOLUÇÃO** - O Programa foi instituído por meio de Resolução do Tribunal de Justiça. Tem como instrumentos o Plano de Classificação de Documentos, as Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos, o Manual de Procedimentos Arquivísticos e as normas de sigilo e acesso às informações.

De acordo com a coordenadora da Biblioteca do TJMA, Cíntia Andrade, a gestão documental vai viabilizar o gerenciamento de procedimentos e operações técnicas de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos no Tribunal. “Também fomentará atividades de preservação, conservação, pesquisa e divulgação da história da Justiça”, diz a servidora.

A criação do Programa atende à Recomendação Nº 37, do Conselho Nacional de Justiça, que orienta os tribunais estaduais no sentido de observar as normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 19/2013  
Processo n.º 57.216/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO TOTAL, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços, para aquisição de discos rígidos (HD) externos para backup de dados, no dia 15/03/2013, às 14:30 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 01 de março de 2013.  
**THIEGO CHUNG DE FARIAS**  
Pregoeiro TJ/MA



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2013  
Processo nº 1067/2013**

**A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei Estadual nº 9.579/12, dos Decretos Federais nº 5.450/05 e nº 3.931/01, dos Decretos Estaduais nº 26.645/10 e nº 28.493/12 e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por Lote (Grupo), através do Sistema de Registro de Preços, para para aquisição de Cartuchos de fitas magnéticas (fitas LTO), no dia 19/03/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).**

São Luís, 01 março de 2013.  
**Jonnilson Nogueira dos Passos**  
Pregoeiro TJ/MA



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 28/2012  
Processo Administrativo nº 10.716/2012

**A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, a REABERTURA DE PRAZO DA LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por ITEM, para Aquisição de Grupo Gerador Trifásico de 2.500KVA para o Fórum Desembargador Samey Costa, inicialmente marcado para o dia 10/01/2013, às 10:30 horas (horário de Brasília).**

**Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia 15/03/2013, às 15:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).**

**O pregoeiro informa que o edital com as devidas alterações encontra-se disponível na página web do Comprasnet - endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).**

São Luís, 04 de março de 2013.  
**Allyson Frank Gouveia Costa**  
Pregoeiro TJ/MA

## TJMA faz concurso de redação para estudantes de nível médio

Já estão abertas as inscrições do concurso de redação em homenagem aos 200 Anos do Tribunal de Justiça do Maranhão, para alunos do ensino médio, matriculados nas 484 escolas públicas e privadas da capital, reconhecidas pelo Ministério da Educação. O evento tem como objetivo avaliar e premiar o conhecimento dos estudantes acerca da corte estadual e sua missão institucional. As inscrições podem ser feitas até o dia 30 de abril. O edital – já publicado no Diário da Justiça eletrônico -, e a ficha de inscrição do candidato estão disponíveis no portal do Poder Judiciário na internet ([www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br)). O TJMA disponibilizou o e-mail [200anos@tjma.jus.br](mailto:200anos@tjma.jus.br) para esclarecer eventuais dúvidas dos interessados. Mais informações podem ser obtidas pelo número do Telejudiciário (0800-707-1581) ou junto à Comissão das Comemorações dos 200 Anos do Tribunal de Justiça, presidida pelo desembargador Lourival Serejo, a qual funciona no Palácio da Justiça. Dia Internacional da Mulher\*\*Tribunal de Justiça Campanhas educativas, palestras, lançamento de projetos e homenagens fazem parte da programação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) na passagem do Dia Internacional da Mu-

lher, 8 de março. A programação será desenvolvida ao longo do mês. No dia 8, a comemoração será com as servidoras do TJMA. As atividades fazem parte das ações da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA, que tem como presidente a desembargadora Nelma Sarney. No dia 14 de março, a Coordenadoria da Mulher do Tribunal, em parceria com a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas) e o Senac, iniciam o projeto “Maria vai à Comunidade – Promovendo o acesso das mulheres à Justiça”, que terá sua primeira ação na área do Itaqui-Bacanga. O objetivo é atender mulheres de diversos bairros, por meio de campanhas educativas e de prevenção à violência doméstica e familiar. \*\*CEMARA programação consta de maquiagem com dicas para o make especial para o ambiente de trabalho, café da manhã completo, com a participação especial da cantora Alexandra Nicolas, que fará um “Pocket Show” com músicas em homenagem ao dia da mulher, bate-papo sobre a Feminilidade da Mulher Executiva com a “personal sex trainer”, consultora de artes sensuais, e Cine Mulher no auditório da Companhia.

## ***Projeto obriga tribunais a publicar decisões***

Um Projeto de Lei do deputado Pedro Novais (PMDB-MA) quer alterar a Lei de Acesso à Informação, com o objetivo de aumentar a transparência do Judiciário. Para isso, ele propõe que todos os órgãos judiciais disponibilizem em seus sites informações processuais, com a íntegra de todos os despachos e decisões, salvo os relativos a processos que corram em segredo de Justiça.

Em sua justificativa, o deputado afirma que a crescente digitalização de processos levou a um retrocesso no acesso a seu teor nos sites dos tribunais. “Até pouco tempo atrás, para buscar um despacho ou uma sentença em um tribunal, bastava acessar o processo desejado e clicar sobre a decisão que queria consultar. Tal possibilidade era de extrema utilidade para advogados, estudantes e todos os demais operadores do Direito. Porém, motivados pela digitalização dos processos, os sítios de alguns tribunais passaram a exigir, para a consulta de despachos e decisões, que o internauta possua uma assinatura digital, que custa caro e é de difícil obtenção”, justifica.

“Trata-se de um retrocesso, que impede o acesso da maior

parte da população e até de pequenos advogados, que não podem arcar com tal ônus, ao teor de decisões judiciais públicas, que não deveriam ser restritas”, afirma.

Segundo o deputado, sua proposta espera corrigir este problema e democratizar o acesso à informação também no Poder Judiciário. Em seu Projeto de Lei, o deputado cria o parágrafo 5º no artigo 8º da Lei 12.527/2011, com a seguinte redação:

§5º - Nos sítios de órgãos judiciais que disponibilizem informações processuais, deverão constar a íntegra de todos os despachos e decisões, salvo em processos que corram em segredo de Justiça.

Atualmente, a maioria dos tribunais de Justiça permite o acesso aos documentos sem a utilização de senha. Dos 16 tribunais de Justiça que responderam ao questionamento da ConJur sobre essa possibilidade, somente o Tribunal de Justiça do Acre mantém o acesso à íntegra das sentenças e despachos exclusivo aos advogados ou partes, mediante senha. Todos os demais permitem que as íntegras sejam acessadas por qualquer pessoa, sem necessidade de cadastro ou senha.